



**MINISTÉRIO DAS MULHERES, DA IGUALDADE RACIAL E DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS
COORDENAÇÃO-GERAL DO COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA**

**ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO
COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA**

Data, horário: 23 de fevereiro de 2016, das 9h às 18h30, e 24 de fevereiro de 2016, das 9h às 16h.

Local: Sala de Reuniões da Plenária, SDH, 10º andar, Secretaria Especial de Direitos Humanos – SCS-B, Quadra 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A.

Pauta: Anexo I

Lista de Participantes: Anexo II

Ausência Justificada: Associação Nacional dos Centros de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (ANCED).

Ausência: Conselho Federal da Ordem de Advogados do Brasil (CF/OAB).

1) Informe sobre a Rede Euro Latino Americana de Prevenção da Tortura e Violência Institucional

A representante da Rede Euro Latino Americana de Prevenção da Tortura e Violência Institucional (RELAPT), Profa. Cristina Zackseski, apresentou o trabalho da sua organização e se colocou à disposição para estabelecer uma cooperação com o Comitê.

O Plenário solicitou à Mesa Diretora que estude formas de cooperação com a Rede.

2) Informe sobre Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.

O Presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, Dr. Alamiro, apresentou o Conselho e seus atribuições, convidou o CNPCT para as reuniões ordinárias do Conselho e comprometeu-se a enviar cópia do Plano Nacional da Política Criminal e Penitenciária e das Resoluções aprovadas pelo Conselho.

O CNPCT convidou o Conselho a enviar representante nas suas reuniões ordinárias e comprometeu-se a enviar seu calendário anual de reuniões ordinárias e as Recomendações aprovadas até o momento.

Houve manifestações convergentes de interesse do Conselho e do Comitê na aprovação de Resoluções conjuntas.

3) Informe sobre pautas legislativas relacionadas à prevenção e combate à tortura.

O representante da Pastoral Carcerária, Paulo Malvezzi, apresentou um resumo sobre a tramitação de pautas legislativas relacionadas à prevenção e combate à tortura.

O representante enviará à CGCNPCT material sobre as pautas legislativas, incluindo um informe sobre a conclusão da CPI do Sistema Carcerário Brasileiro da Câmara dos Deputados, a fim de ser distribuído entre os membros do Comitê.

4) Participação do CNPCT na Conferência Nacional de Direitos Humanos.

O secretário-executivo do Conselho Nacional de Direitos Humanos, Clédisson Junior, apresentou os eixos e a organização da 12ª Conferência Nacional de Direitos Humanos e informou que os membros titulares do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura são delegados natos da Conferência Nacional.

A CGCNPCT informará a Mesa Diretora do CNPCT sobre alternativas de participação também nos Grupos de Trabalho da Conferência.

5) Recomendação ao Conselho Nacional de Justiça para o aperfeiçoamento da atuação do Poder Judiciário na prevenção e combate à tortura no sistema socioeducativo.

Foi aprovada, por consenso, a Recomendação nº 03, de 23 de fevereiro de 2016, do CNPCT ao Conselho Nacional de Justiça para o aperfeiçoamento da atuação do Poder Judiciário na prevenção e combate à tortura no sistema socioeducativo.

A CGCNPCT providenciará sua publicação e enviará cópia ao CNJ por ofício.

6) Apresentação dos casos tratados no Sistema Interamericano de Direitos Humanos relacionados à tortura, sistema penitenciário e sistema socioeducativo.

A Assessoria Internacional da Secretaria Especial de Direitos Humanos/MMIRDH apresentou o funcionamento do Sistema Interamericano de Direitos Humanos e destacou casos de medidas provisórias concedidas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos relacionados à tortura, sistema penitenciário e sistema socioeducativo.

O CNPCT manifestou interesse em voltar a discutir os casos do Sistema Interamericano em sessões futuras. O CNPCT solicitou à mesa diretora que avalie para tanto as melhores maneiras de conduzir essa discussão.

7) Resolução que institui a Comissão Eleitoral para Edital de Chamamento Público de composição do CNPCT no biênio 2016-2018.

Foi aprovada, por consenso, a Resolução nº 05, de 23 de fevereiro de 2016, que institui a Comissão Eleitoral para Edital de Chamamento Público de composição do CNPCT no biênio 2016-2018.

O CNPCT convidou o Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro e o Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura de Pernambuco para indicar representantes titulares e suplentes para compor a Comissão Eleitoral.

8) Organização dos trabalhos:

a) Calendário anual de reuniões ordinárias.

Foi aprovado o calendário de 2016 de reuniões ordinárias do CNPCT: 10ª Reunião Ordinária – 13 e 14 de abril; 11ª Reunião Ordinária – 15 e 16 de junho; 12ª Reunião Ordinária – 31 de agosto e 01 de setembro; 13ª Reunião Ordinária – 26 e 27 de outubro; e 14ª Reunião Ordinária – 14 e 15 de dezembro.

b) Audiências temáticas

Foram designados pontos focais para que elaborem propostas à Mesa Diretora de audiências ou reuniões ampliadas sobre temas a serem discutidos pelo CNPCT, com previsão de data e convidados. Os pontos focais são: Expedito Solaney (CUT) - Recomendações da Comissão Nacional de Verdade e a Prevenção da Tortura; Dalila Figueiredo (ASBRAD) e Cesar Baldi (SG) - Pessoas Indígenas em privação de liberdade; Luciana Ramos (SEPPIR/MMIRDH) - Questão racial e a Prevenção e Combate à tortura; Carlos Antônio (GTNM) - Estratégias para a Prevenção da Tortura.

c) Audiências Públicas nos estados prioritários.

Ficou pendente a definição de datas para as audiências públicas nos estados de São Paulo, Tocantins e Sergipe.

d) Encaminhamentos sobre fluxo de aprovação de nota.

O IBCCRIM deixa registrada sua posição com relação à “importância de rever a Resolução de Fluxo de Acompanhamento de Casos do CNPCT, tendo em vista as dificuldades enfrentadas para encaminhamentos de notas públicas. A Mesa Diretora adotou uma posição de fazer encaminhamentos por consenso, e acreditamos que essa interpretação não tem amparo no Regimento e nem na própria Resolução. Emergencialmente, para evitar novas incidentes com relação a encaminhamentos de notas, propusemos que houvesse uma outra interpretação da Resolução no sentido de que em havendo maioria favorável à nota pública por parte da Mesa Diretora, a mesma seria encaminhada. Lamentamos que algo tão simples não tenha sido encaminhado, mas esperamos que esta questão seja superada o mais rápido possível”.

e) Criação do Grupo de Trabalho para elaboração do Relatório de Atividades Anual do CNPCT.

Este ponto de pauta ficou pendente de definição pelo Plenário.

9) Acompanhamento do Caso do Sistema Socioeducativo do Ceará

O Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, no intuito de dar seguimento à visita do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e após a designação de relatoria do CNPCT, convidou diversos atores para dialogar sobre o sistema socioeducativo do Ceará.

Participaram deste momento de reunião: Coordenadoria da Política de Direitos Humanos do Gabinete do Governador do Estado do Ceará; Controladoria do Sistema Socioeducativo do Estado do Ceará; Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Governo do Estado do Ceará; Defensoria Pública do Estado do Ceará; Conselho de Defesa dos Direitos Humanos do Estado do Ceará; Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Ceará – CEDECA; Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – SDH/MMIRDH; Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos – SDH/MMIRDH. Ademais dos convidados permanentes do CNPCT, o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, o Ministério Público Federal e o Conselho Nacional do Ministério Público. A sessão foi presidida pelo Secretário Especial de Direitos Humanos/MMIRDH, Rogério Sottili.

O CNPCT realizará, em sua sessão de junho próximo, reunião de seguimento sobre a situação do sistema socioeducativo do Ceará. O convite será renovado a todos os que foram convidados a participar desta sessão.

Houve convergência de todos os presentes quanto à importância de o Ceará contar, com brevidade possível, com um Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura seguindo os parâmetros do Protocolo Facultativo à Convenção das Nações Unidas contra Tortura e da Lei Federal nº 12.847/2013.

O CNPCT manifesta interesse em dialogar com o CNJ e com o CNMP para realizar gestões junto ao Poder Judiciário e Ministério Público do Ceará.

O CNPCT manifesta interesse em participar das discussões sobre o sistema socioeducativo no âmbito do CONANDA e indica Dalila Figueiredo (ASBRAD) e Roberta Lemos (MDS) como suas representantes para tanto.

10) Aprovação do Relatório do caso de Saúde Mental e Internação Compulsória do Mato Grosso do Sul.

O CNPCT recebeu e avaliou o Relatório sobre o caso de Saúde Mental e Internação Compulsória do Mato Grosso do Sul.

O CNPCT aprovou as recomendações I, II e III do Relatório. A CGCNPCT oficialará a Defensoria Pública, o Ministério Público e o Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul e o Superior Tribunal de Justiça para acompanhar a tramitação do caso.

O CNPCT acordou aprofundar a discussão sobre saúde mental e prevenção à tortura. O representante Daniel Daltin (MS) apresentará ao Plenário uma minuta de Recomendação a respeito.

11) Nota Pública sobre a Política Nacional de Saúde Mental.

Foi aprovada Nota Pública nº 07, de 24 de fevereiro de 2016, sobre a Política Nacional de Saúde Mental.

Foi registrada a abstenção dos seguintes órgãos presentes: Ministério da Justiça, Ministério da Saúde, Ministério das Relações Exteriores, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Governo, Secretaria Especial de Direitos Humanos/MMIRDH, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres/MMIRDH, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial/MMIRDH.

12) Nota Pública sobre a decisão do Supremo Tribunal de Justiça e Nota Pública sobre o Indulto do Dia da Mulher.

Este ponto de pauta ficou pendente de deliberação do Plenário. A CGCNPCT encaminhará as Notas para a Mesa Diretora para consideração no período intersessional.

13) Aprovação da Recomendação sobre o papel fiscalizatório da Defensoria Pública e demais órgãos de defesa dos direitos dos adolescentes em unidades de internação socioeducativas.

Este ponto ficou pendente de deliberação do Plenário e será incluído como ponto de pauta da próxima reunião ordinária.